# Ensino Jurídico Inovador

## Aprendizagem por Projetos

AMOSTRA

AMOSTRA

# Ensino Jurídico Inovador

## Aprendizagem por Projetos

Marina Feferbaum

Clio Nudel Radomysler

Enya Carolina Silva da Costa

Guilherme Forma Klafke

ALMEDINA BRASIL

Rio de Janeiro - 2026

AMOSTRA

# Ensino Jurídico Inovador

Copyright © 2026 STARLIN ALTA EDITORA E CONSULTORIA LTDA.
Almedina Brasil é uma empresa do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).
Copyright © 2026 Marina Feferbaum, Clio Nudel Radomysler, Enya Carolina Silva da Costa, Guilherme Forma Klafke

ISBN: 978-85-8493-898-8

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2026 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

F293

**Ensino Jurídico Inovador.** Marina Feferbaum, Clio Nudel Radomysler, Enya Carolina Silva da Costa, Guilherme Forma Klafke. 1.ed. Rio de Janeiro : Almedina Brasil, 2026.

120 p; 16 x 23 cm.

ISBN 978-85-8493-898-8

1. Ensino jurídico. 2. Metodologia ativa. 3. Educação superior em Direito. 4. Inovação pedagógica. 5. Aprendizagem baseada em projetos.I. Radomysler, Clio Nudel. II. Costa, Enya Carolina Silva da. III. Klafke, Guilherme Forma. IV. Título. V. Série.

CDU 347.600 (81)

Índice para catálogo sistemático:
1 : Brasil : Ensino jurídico : Aprendizagem por projetos : Inovação pedagógica

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida.

A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

**Marcas Registradas:** Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

**Material de apoio e erratas:** Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

**Suporte Técnico:** A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

## Grupo Editorial Alta Books

**Produção Editorial:** Grupo Editorial Alta Books
**Diretor Editorial:** Anderson Vieira
**Editora-chefe:** Manuella Santos de Castro
**Assistente Editorial:** Francielle Regina
**Vendas Governamentais**: Cristiane Mutüs
**Diagramação**: Merit Editorial

ALTA BOOKS
GRUPO EDITORIAL

Rua Viúva Cláudio, 291 — Bairro Industrial do Jacaré
CEP: 20.970-031 — Rio de Janeiro (RJ)
Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419
**www.altabooks.com.br** — altabooks@altabooks.com.br
**Ouvidoria:** ouvidoria@altabooks.com.br

Editora
**afiliada à:**

ASSOCIADO

AMOSTRA

# Nota dos autores

Este livro nasceu do desejo de transformar o ensino jurídico por meio da aprendizagem por projetos. Ao longo das páginas, compartilhamos reflexões, ferramentas e estratégias que têm como objetivo inspirar professores e instituições a inovar em suas práticas pedagógicas, colocando o estudante no centro do processo de aprendizagem e aproximando o Direito da realidade concreta.

Acreditamos que formar profissionais do Direito mais críticos, colaborativos e sensíveis aos desafios sociais exige metodologias que dialoguem com o mundo real. A aprendizagem por projetos permite exatamente isso: mobiliza conhecimentos, desenvolve competências e conecta os conteúdos à vida.

Gostaríamos de expressar nosso profundo agradecimento ao Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI), coordenado por Alexandre Pacheco da Silva e Marina Feferbaum, pela confiança e pelo espaço criativo que tornou esta obra possível. Agradecemos também à assessoria técnica de Guilherme Balbi, cujo trabalho foi essencial para a realização deste projeto.

Nosso reconhecimento se estende à direção da instituição, nas pessoas de Oscar Vilhena Vieira (Diretor) e Adriana Ancona de Faria (Vice-diretora), pelo apoio constante às iniciativas de inovação no ensino jurídico.

Agradecemos também à nossa editora, Manuella Santos de Castro, e ao grupo editorial Almedina – AltaBooks por acreditarem nesse projeto.

AMOSTRA

Esperamos que esta obra contribua para ampliar o debate sobre as formas de ensinar e aprender Direito, abrindo caminhos para práticas mais humanas, participativas e transformadoras.

São Paulo, outono de 2025.

Marina Feferbaum

Clio Nudel Radomysler

Enya Carolina Silva da Costa

Guilherme Forma Klafke

AMOSTRA

# Sumário

PARTE I: APRENDIZAGEM POR PROJETOS NO DIREITO ..... 9
1. O que é aprendizagem por projetos? ..... 11
2. Por que ensinar Direito por meio de projetos? ..... 21

PARTE II: PREPARAÇÃO E PLANEJAMENTO DE UM CURSO VOLTADO PARA APRENDIZAGEM POR PROJETOS NO DIREITO ..... 35
3. A importância do contexto da disciplina ..... 37
4. Como definir um tema e recorte para os projetos? ..... 41
5. Quais produtos podem ser desenvolvidos? ..... 45
6. A participação de atores externos ..... 51
7. Como implementar ferramentas de avaliação? ..... 55
7.1. Avaliação do processo ..... 57
7.2. Avaliação do produto ..... 60
7.3. Autoavaliação ..... 63

PARTE III: MÃOS À OBRA: EXECUÇÃO E ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM ..... 65
8. Início: trilhando o desconhecido ..... 67
8.1. Apresentação e sensibilização para o tema ..... 68
8.2. Integração ..... 70
8.3. Divisão em grupos ..... 72
8.4. Papel docente ..... 77
9. Desenvolvimento: projetando caminhos para os desafios jurídicos ..... 81
9.1. Empatia: mapeamento inicial e diálogo com atores ..... 83
9.2. Definição e ideação: recorte do problema ..... 88
9.3. Prototipação: planejamento e entregas ..... 93
9.4. Teste: validação das ideias ..... 94
10. Execução: arquitetos jurídicos construindo soluções ..... 97
11. Finalização: consolidando experiências e olhando para o futuro ..... 101
11.1. Facilitação da apresentação final ..... 102
11.2. Encerramento do curso e consolidação dos aprendizados ..... 103

Considerações finais ..... 105

Referências ..... 109

AMOSTRA

AMOSTRA

PARTE I

# APRENDIZAGEM POR PROJETOS NO DIREITO

AMOSTRA

AMOSTRA

1

# O que é aprendizagem por projetos?

Imagine um curso de Direito no qual docentes e estudantes estejam engajados, refletindo sobre situações atuais que envolvam questões jurídicas relevantes. Visualize alunas e alunos investigando novos conceitos jurídicos, dialogando com diferentes atores sociais e trabalhando de forma cooperativa na construção de soluções para essas situações. Neste livro, gostaríamos de convidar você a pensar e construir possibilidades como essa no ensino jurídico: estudantes que não só aprofundam sua compreensão sobre o Direito, mas também enfrentam desafios reais e significativos, desenvolvendo competências como colaboração, criatividade e empatia.

Inspirados nas questões propostas pela autora Suzie Boss (2015) em seu livro *Real-World Projects: How do I Design Relevant and Engaging Learning Experiences?*, iniciamos esta seção com as seguintes perguntas: você acredita que seja possível uma abordagem como essa em faculdades de Direito? Qual seria sua disposi-



AMOSTRA

ção para mudar suas práticas atuais para que isso ocorresse? Quais aspectos do seu ensino você gostaria de manter?

A Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) é um modelo de ensino que apresenta a estudantes questões relevantes do mundo real, em toda a sua complexidade. Esse método permite que alunos(as) determinem como as abordar, cooperando para encontrar soluções (Bender, 2014, p. 9).

Por décadas, a APB tem sido empregada no ensino fundamental, no ensino superior e em distintas áreas profissionais, como Administração, Design, Engenharia e Medicina, mas o uso do modelo ainda é relativamente incomum no ensino jurídico (Carpenter, 2020, p. 137-138). A ABP, quando presente nos cursos de Direito, geralmente é aplicada em projetos de extensão e clínicas de prática jurídica, e não no centro da grade curricular.

A ABP "vira de cabeça para baixo o modelo tradicional de educação jurídica" (Carpenter, 2020, p. 127). No modelo tradicional, o(a) docente é o(a) protagonista em sala de aula, cuja prática se baseia na transmissão de conhecimento teórico aos estudantes, com base na doutrina e nos textos legais, oferecendo apenas oportunidades pontuais de aplicar esse conhecimento em um problema ou caso prático. Na ABP, o(a) docente assume o papel de guia e facilitador, enquanto a aprendizagem é conduzida de maneira ativa pelos estudantes. A aquisição de conhecimentos e habilidades é liderada pelos alunos em um contexto de investigação, resolução de problemas em equipe e construção de um produto.

Imagine uma professora de Direito Digital que decide usar ABP em sua disciplina. Ela escolhe um desafio que considera relevante e atual para seus estudantes: a regulação efetiva da Inteligência Artificial (IA), tarefa que exige o desenvolvimento de competências e o domínio de conceitos fundamentais do Direito Digital.

AMOSTRA

Para enfrentar essa tarefa, alunas e alunos precisam compreender noções básicas de Direito Digital, como proteção de dados e direito à privacidade. Dependendo do projeto escolhido, eles(as) podem explorar outros conceitos e habilidades específicos.

Diferentes grupos podem gerar soluções aceitáveis para o projeto. Um grupo, por exemplo, que opte por propor um projeto de lei precisará investigar interesses e atores envolvidos na regulamentação da IA, praticando habilidades de redação e pesquisa legislativa. Outro grupo, com o objetivo de tornar a resposta do Judiciário mais efetiva, necessitará desenvolver habilidades de pesquisa de jurisprudência e compreensão do papel do Judiciário.

No processo, os estudantes precisam aprimorar competências socioemocionais para trabalhar em equipe, lidando com as diferentes perspectivas de colegas, especialistas e partes interessadas. Ao enfrentarem uma série de tarefas complexas, precisarão planejar e organizar suas atividades para encontrar soluções para o desafio.

Assim, estudantes aprendem conceitos e desenvolvem habilidades relevantes para exercer a profissão jurídica a partir da exploração de desafios reais e da construção de um projeto voltado para o enfrentamento desses desafios.

A ABP, entretanto, pode ser aplicada e utilizada de vários modos. Pode ser um método usado em apenas parte de uma disciplina ou pode compor a disciplina inteira; pode também estruturar toda a grade curricular de um programa de formação, servindo de base para o projeto pedagógico do curso como um todo. O método também pode envolver uma variedade de experiências e estratégias de ensino (simulações, exercícios, visitas, debates etc.). Existem diversas variações dessa abordagem instrucional, sem, contudo, haver uma visão uniforme sobre como ela deve ser realizada.

AMOSTRA

Uma importante questão, com diferentes respostas na literatura, é a diferença entre a aprendizagem baseada em projetos e a aprendizagem baseada em problemas.

Há autores que classificam a ABP como um tipo específico de aprendizagem baseada em problemas. Para eles, toda ABP é uma aprendizagem por problemas, diferenciando-se pelo envolvimento de parceiros reais e pela orientação por objetivos e necessidades identificados por esses parceiros (Carpenter, 2020).

Outros autores entendem que são dois métodos instrucionais similares, porém com enfoques diferentes: a ABP "tem como objetivo a entrega de um produto", enquanto a aprendizagem por problemas é "voltada a situações-problemas como ponto de partida para a construção de novos conhecimentos" (Von Hohendorff-fl; De Oliveira Elsner; Vinícius Ben, 2022, p. 34). Na primeira, os estudantes concentram seus esforços no desenvolvimento de um projeto que possa contribuir para o desafio proposto, enquanto na última, a atenção volta-se à investigação e análise de soluções para um problema.

Ainda que sejam atribuídos conceitos diferentes, verificam-se as mesmas características fundamentais nessas duas estratégias pedagógicas (Von Hohendorff; De Oliveira Elsner; Vinícius Ben, 2022, p. 34). Ambos os modelos colocam estudantes, em vez do(a) docente, no centro da experiência de aprendizagem e envolvem-nos(as) ativamente na investigação e construção de soluções para problemas do mundo real.

Independentemente das diferenças na sua implementação, a ABP é sempre uma abordagem de ensino centrada nos estudantes. O método enfatiza o engajamento, convida à curiosidade e valoriza a voz e a escolha de alunos e alunas.

Embora a aprendizagem seja ativamente conduzida pelos estudantes, na ABP o(a) professor(a) desempenha um papel

AMOSTRA

crucial. Cabe ao(à) docente selecionar o tema do desafio a ser trabalhado pelos(as) discentes, assegurando que a proposta seja significativa socialmente, focada em cenários do mundo real, sem uma resolução simples, além de apresentar tamanho e escopo adequados ao contexto do curso. O(a) docente também deve identificar atores relevantes relacionados ao desafio proposto, e fornecer supervisão, orientação e ferramentas para auxiliar os alunos e as alunas no desenvolvimento dos projetos e no alcance dos objetivos de aprendizagem do curso (Carpenter, 2020, p. 139).

Em sala de aula, os(as) estudantes recorrem ao docente para compreender melhor os conceitos e obter ferramentas, práticas e métodos de pensamento para os(as) apoiar no desenvolvimento do projeto (Carpenter, 2020, p. 139). Ao longo do processo, o(a) docente os(as) instiga a refletir sobre suas próprias habilidades, modelos de pensamento, estilos de liderança, inseguranças e interesses (Kahn, 2013).

Os(as) professores(as), portanto, tornam-se facilitadores: em vez de serem responsáveis por transmitir todo o conteúdo, seu principal papel é auxiliar e incentivar os(as) estudantes ao longo da elaboração dos projetos, sem tirar deles(as) a autoridade para definir e abordar os problemas propostos. A ABP é, portanto, um método ativo, mais colaborativo e menos hierárquico de ensino.

A ABP também é sobre aprender fazendo. Os(as) alunos(as) aprendem investigando questões relevantes, compartilhando seus resultados com outras pessoas e buscando aplicar no mundo real o que aprenderam. Essa abordagem desafia os métodos tradicionais de ensino, que priorizam o aprendizado pela absorção passiva e individual de conteúdo, em sala de aula, com todo o processo definido pelo(a) professor(a).

AMOSTRA

A ABP vai muito além de instigar estudantes a realizar projetos de forma a complementar o programa do curso ou como uma ferramenta de avaliação do aprendizado dos estudantes. Ela exige que repensemos as relações entre alunos(as) e professores(as) e outras características do processo de aprendizagem, como objetivos, metodologias de ensino e avaliação.

Vale lembrar que a ideia de incluir projetos não é totalmente estranha ao ensino jurídico tradicional. Entretanto, quando esses projetos não são desenvolvidos nas franjas das grades curriculares (como em extensões ou disciplinas eletivas), geralmente assumem a forma de atividades como a elaboração de peças jurídicas ou de trabalhos de pesquisa sobre problemas ou temas determinados e detalhados pelos(as) professores(as). É o(a) docente quem reflete sobre a situação-problema e recorta-a para os(as) estudantes. A realização do projeto se volta, portanto, mais para a compreensão e aplicação de conceitos do que propriamente para o raciocínio voltado para problemas e para a busca de soluções, que envolvem organização de tarefas complexas e trabalho em equipe.

A ABP, então, implica uma ruptura contra o ensino jurídico presente na maioria dos cursos, não apenas por colocar estudantes diante de desafios e projetos, mas por fazê-lo de maneira significativa. Esse significado, construído pelo(a) docente, pela turma e pela interação entre ambos, cria um espaço de autonomia em que a criatividade, o espírito crítico, o senso de observação da realidade e a capacidade de executar tarefas colaborativamente podem florescer.

Para ilustrar essa mudança de paradigma, elaboramos o quadro a seguir com as características da ABP em comparação ao uso de projetos em modelos tradicionais de ensino.

AMOSTRA